



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO
GESTOR E DA COMUNIDADE ESCOLAR**

NARA LÚCIA GOMES DE OLIVEIRA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO
GESTOR E DA COMUNIDADE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

Nara Lúcia Gomes de Oliveira

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO
GESTOR E DA COMUNIDADE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em vinte e um de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

Prof. UFMG

Nara Lúcia Gomes de Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho que me enche de alegria e energia para continuar estudando e trabalhando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela colaboração direta e indireta, para que eu pudesse realizar e finalizar o curso de Especialização em Gestão Escolar.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta com o tema “Organização Curricular: participação efetiva do gestor e da comunidade escolar”. O objetivo geral é apresentar soluções a luz da teoria sobre a relação que existe entre a organização curricular e os altos índices de evasão escolar. Tem como objetivos específicos relacionar fatores internos e externos à escola que influenciam nos índices de evasão e sua relação com o currículo. No decorrer da análise foram realizadas pesquisas bibliográficas buscando fundamentação teórica observando se o tema em questão está coerente com as tomadas de decisões neste espaço educacional e com o próprio Projeto Político Pedagógico da instituição. Ao final, pontua-se a importância de se fazer a relação do currículo escolar com a realidade da escola tornando cada vez mais próximo da vida prática dos alunos, objetivando diminuir a evasão escolar.

Palavras-chave: Gestor - Currículo – Evasão escolar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO GESTOR E DA COMUNIDADE ESCOLAR	10
1.1. Reformas curriculares	10
1.2. Fatores internos e externos da escola que influenciam nos índices de evasão escolar	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS	15
ANEXO	16
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta	

INTRODUÇÃO

A elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP) bem fundamentado e eficaz requer uma variedade de conhecimentos e tem que ser encarado como um processo de aprendizagem, em que a escola vai evoluindo a cada dia, na medida em que vai aprendendo a refletir sobre sua aplicação real dentro da escola e não o seu engavetamento.

Para elaborar adequadamente um PPP, a escola precisa reunir dados e conhecimentos de toda a comunidade escolar como, por exemplo, a realidade dos alunos e famílias daquele local.

Nesse sentido, espera-se que esse documento contenha respostas objetivas aos principais problemas dos alunos para se alcançar as metas de aprendizagem estabelecidas para a escola. Segundo Gadotti (1994, p. 579):

Todo projeto pressupõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ações possíveis, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579).

Para Veiga (1998, p.13-14),

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 1998, p. 13-14)

A reescrita do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta, trouxe para a discussão do coletivo as ideias apresentadas para se obter um consenso, tendo em vista o respeito às diferenças. Segundo o próprio PPP da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta (2014, p. 5):

Atendendo as diretrizes da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, mantenedora das escolas da rede estadual, o Projeto Político

Pedagógico da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta se estrutura em alinhamento com as possibilidades e necessidades de sua clientela, numa proposta de Educação de Qualidade, Plural e Republicana. Este Projeto Político Pedagógico será, portanto instrumento normativo, na formação de cidadãos, contribuindo para o avanço e a transformação tecnológica, e conseqüentemente para a construção de um mundo melhor e com maior solidariedade, equidade social e por fim, felicidade. (RIBEIRÃO DAS NEVES, 2014, p.5)

Nesse sentido, a Escola Estadual Professor Guerino Casassanta, situada em ponto geográfico estratégico do distrito de Justinópolis, município de Ribeirão das Neves - MG, busca se estruturar em níveis de qualidade e referência para o atendimento à comunidade a qual se insere, tanto no plano de suas instalações, como em sua proposta pedagógica.

A escola vem de uma realidade contemporânea, onde a maioria dos alunos é de família modesta, sustentadas por mães ou mesmo por jovens, tendo assim que contribuir economicamente de alguma forma para sua sobrevivência. É também comum encontrar avós, tias ou irmãs que se responsabilizam pela criação e pela instrução de alguns alunos. Alguns dos alunos estiveram envolvidos em pequenos delitos ou mesmo em situação de grande vulnerabilidade social como consumo e tráfico de drogas. Os adolescentes por sua vez, apresentam uma “independência” e liberdade excessiva, sendo muito difícil manter contato ou mesmo conseguir o apoio necessário da família.

Por isso, acredita-se que a busca de qualidade, implica na participação efetiva de todos, revendo seu papel no contexto e estabelecendo metas a serem alcançadas a pequeno, médio e longo prazo. Daí então, a necessidade que se apresenta a esta escola de organizar e sistematizar sua proposta política pedagógica e o plano de ações curriculares que atendam a real necessidade dos alunos e da comunidade.

O currículo do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta, são elaborados com base nos aspectos cognitivos, afetivos, social, psicológico e bio-psicomotor, constituído por áreas de conhecimento visando desenvolver as habilidades e competências do aluno e ampliar sua visão e seu conhecimento de mundo, sua formação humana e conceitos básicos de cidadania e preparação para o mundo do trabalho.

Quando aborda-se o termo “currículo”, pensa-se em caminho a ser percorrido. Nesse sentido, a escola traça e escolhe o seu próprio trajeto, apresentando-o a toda

a comunidade escolar. Infelizmente, um dos problemas que a escola atualmente vivencia e que parece estar relacionado à proposta curricular, são os altos índices de evasão escolar no ensino médio.

Por isso, este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo geral identificar os motivos que levam a Escola Estadual Professor Guerino Casassanta ter altos índices de evasão escolar, analisando a elaboração e implementação do seu currículo. Dentro deste contexto torna-se imprescindível apresentar teorias que registram o fator histórico da evasão escolar e a sua relação com o currículo, identificando onde os altos índices de evasão influenciam na qualidade da educação escolar. Ao final, esse TCC pretende apontar possíveis soluções para diminuir ou eliminar os altos índices de evasão escolar abordando principalmente o papel do gestor.

1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO GESTOR E DA COMUNIDADE ESCOLAR

1.1. Reformas curriculares

Como já foi relatado, um dos desafios apresentados pela Escola Estadual Professor Guerino Casassanta é o alto índice de evasão escolar. É importante citar ainda que a escola está inserida em uma comunidade onde o tráfico de drogas, a violência urbana e doméstica é frequente, interferindo direta e indiretamente no cotidiano da escola. Segundo Moreira (2000, p. 118 e 119):

A influência da pedagogia crítica expressou-se, na década em tela de 1990 a 2000, em reformas curriculares que se propuseram a desafiar o caráter centralizador das propostas do MEC e que se realizaram principalmente em estados e municípios em que a oposição conseguiu eleger seus governantes. Apesar dos esforços do governo federal em difundir seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para todo o país, outras propostas, desenvolvidas com razoável grau de autonomia, destacaram-se, ampliando as iniciativas e os avanços da década anterior. Refiro-me particularmente às reformas nos municípios de São Paulo (1989-1992), Rio de Janeiro (1993-1996 e 1997-2000), Belo Horizonte (1993-1996) e Porto Alegre (1994 em diante). (MOREIRA, 2000, p. 118 e 119)

Ter um olhar específico no alto índice de evasão do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta, se faz necessário, pois segundo SOUSA (2011, v.13, p.26): “[...] A evasão escolar no Brasil é um problema antigo, que perdura até hoje. Apesar dessa situação ainda existir no Ensino Fundamental, atualmente, o que chama atenção é o número de alunos que abandonam o Ensino Médio”.

As reformas históricas curriculares no Brasil centralizam-se nos conteúdos orientando as propostas curriculares conforme Moreira (2000, p.129):

Afirmo, inicialmente, que a presença de teorizações que enfocam questões de currículo é visível nas reformas examinadas. Verifico, também, serem as teorias críticas mais centradas nos problemas da educação brasileira, ou seja, a pedagogia dos conteúdos e a educação popular, as que mais parecem ter ocupado espaços e fundamentado iniciativas de reorientação curricular. Verifico, ainda, serem os princípios de Paulo Freire os que predominantemente orientam as propostas curriculares que enfatizam a integração curricular. (MOREIRA, 2000, p. 129)

Pode-se observar que a reforma curricular no Brasil sofreu influências de outros países, sem que se fizesse uma análise crítica de tais modelos e que fosse reajustada para a realidade cultural do país conforme Moreira (2000, p. 129 e 130):

Estudo por mim realizado (Moreira 1990) procura compreender o processo de transferência educacional à luz da emergência do campo do currículo no Brasil, sob forte influência norte-americana. Rejeitando a ideia de cópia, bem como a possibilidade de teorias elaboradas no Brasil sem a “contaminação” do discurso estrangeiro, indico a possibilidade de transferências expressarem a intenção de conferir ao material transferido a cor local necessária ao emprego no contexto que o recebe, bem como o propósito de criticar o material, entender o processo de sua construção e os interesses incorporados, de modo a efetuar os ajustes e as mudanças indispensáveis para eliminar aspectos opressivos. (MOREIRA, 2000, p. 129 e 130)

Para a elaboração do currículo escolar do ensino médio é preciso dialogar com os jovens e refletir, por exemplo, sobre o papel das tecnologias e também sobre a importância dos conteúdos sem tanta prática, mas que ajudarão esses jovens a avançar em suas capacidades cognitivas.

1.2. Fatores externos e internos da escola que influenciam nos índices de evasão escolar

Baseando em observações no cotidiano da escola, pode-se dizer que um dos principais fatores externos que contribui para os altos índices de evasão escolar é a necessidade econômica em que vários jovens se encontram e precisam trabalhar para seu próprio sustento e de sua família. Esses, na maioria das vezes, se sentem desanimados para a permanência nas salas de aula, pois segundo Sousa (2011, v.13, p.27): “[...] os alunos de nível socioeconômico mais baixo têm um menor índice de rendimento, portanto, são mais propensos à evasão”.

Fatores como, políticas públicas inadequadas, contribuem para os altos índices de evasão no ensino médio e os jovens do ensino médio da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta que vivenciam o problema econômico em que tem que contribuir de alguma forma no sustento da família, conforme citado na página cinco do Projeto Político Pedagógico da escola, acabam priorizando o trabalho, deixando a frequência escolar em segundo plano até o seu completo abandono. Conforme afirma Sousa (2011, p. 26):

De acordo com o censo escolar de 2007 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), a evasão escolar entre jovens é alarmante. Dos 3,6 milhões de jovens que se matriculam no Ensino Médio, apenas 1,8 milhão concluem esse grau. A taxa de evasão é de 13,3% no Ensino Médio contra 6,7% de 5ª a 8ª série e 3,2% de 1ª a 4ª série. O Brasil tem, atualmente, 8,3 milhões de alunos no Ensino Médio, matriculados em 24 mil escolas – sendo 17 mil públicas – e metade dos alunos, conforme o Ministério da Educação, não finalizam seus estudos (SOUSA, 2011, p. 26).

Outro fator muito comum nas escolas estaduais de Minas Gerais e que se relaciona com gestão pública de nosso estado é a certificação através de exames especiais no CESEC para obtenção do certificado de conclusão do ensino fundamental para os candidatos maiores de 15 anos e do ensino médio para os candidatos maiores de 18 anos. Os exames especiais são oferecidos duas vezes ao ano de acordo com a demanda dos candidatos. Será considerado aprovado o candidato que obtiver o aproveitamento mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos pontos atribuídos à prova. Como o processo é facilitado, atraí os alunos que evadem as escolas, preferindo em outro momento realizarem os exames especiais.

Em relação aos fatores internos que contribuem para os altos índices de evasão escolar e que estão diretamente ligados à qualidade do ensino são turmas com um número excessivo de alunos, currículo inadequado à realidade dos mesmos, com conteúdo muitos extensos e pouco práticos à vida social dos alunos. Vale citar também, o despreparo de professores para lidar com o processo de ensino aprendizagem e o não acompanhamento das famílias.

Conclui-se que tanto os fatores externos quanto os internos contribuem para o problema da evasão escolar. É preciso que o currículo desperte no aluno um raciocínio crítico e que o mesmo se relacione com sua aplicação na prática diária da sua vida fora da escola. Os estudantes deverão ser estimulados através de uma educação de qualidade e igualdade para todos, com escolas bem estruturadas, que possuam bibliotecas adequadas, laboratórios, quadras esportivas, professores bem qualificados com salários dignos que os permitam ser exclusivos da escola e que possam ter o momento de planejamento das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter uma dinâmica curricular mais atrativa é uma das possibilidades e tentativas do gestor para se alcançar uma diminuição nos altos índices de evasão escolar. O gestor deverá ter clareza também do fator político e dos interesses partidários que acabam por influenciar nas mudanças da educação e o quanto isso afetará positivamente ou não o cotidiano da escola.

Diante desse panorama, defende-se aqui que o gestor escolar tem como função articular os conteúdos estabelecidos pelos órgãos centrais, mas priorizar a realidade de seus alunos e comunidade, como foco de uma formação de qualidade no ensino e em sua concretude e necessidades locais da escola. Vale destacar que a relação entre a Secretaria Municipal de Educação e a escola deve propiciar uma interação constante, sendo ambas abertas ao diálogo com o objetivo de alcançar a qualidade do trabalho garantindo assim um resultado positivo na execução da proposta de currículo.

Nesse sentido, acredita-se que ter a participação da comunidade na elaboração do currículo escolar favorecerá de forma positiva o comprometimento de alunos, pais, professores em executar o que é proposto e defender de forma leal as tentativas de mudança em relação ao que possa melhorar dentro do currículo. Pois segundo Moreira (2000, p.126):

Essa participação, bastante incentivada nas reformas examinadas, se não é suficiente para modificar substantivamente os índices de evasão e repetência de nossos sistemas escolares, pode, além de facilitar a adesão de alunos, professores e pais às reformas, criar um clima mais democrático nas secretarias, nas escolas e nas salas de aula. (MOREIRA, 2000, p.126).

Outro papel do gestor escolar na elaboração de um bom currículo se faz presente a partir do momento que ele conhece realmente as necessidades sociais de seus alunos e não menospreza a contribuição da comunidade, juntamente com a equipe de professores e especialistas, objetivando a elaboração ou reelaboração curricular anual.

Uma outra abordagem é refletir que uma equipe escolar bem sintonizada juntamente com o seu gestor, deverá ter um papel importante na conscientização dos jovens em relação à importância em se adquirir o conhecimento, o aprendizado

prático para a vida social e não somente obter uma certificação de conclusão do ensino, pois o mercado do trabalho e o próprio sistema de ingresso no ensino superior selecionam cada vez mais apenas aqueles indivíduos que apresentam habilidades para continuarem seus estudos na graduação.

Nesse sentido se faz necessário romper com o distanciamento entre teoria e prática e para isso deve-se é primordial a participação, o envolvimento e a cooperação de professores, pesquisadores, sindicatos, associações de moradores e outros na reformulação do currículo escolar e posteriormente na prática educativa em sala de aula.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Cadernos Educação Básica – O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas, MEC/FNUAP, 1994.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 20/12/2014.

RIBEIRÃO DAS NEVES. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta**. Ribeirão das Neves, 2014.

SOUSA, Antônia de Abreu. **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?** Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br>> Acesso em 05/01/2015.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GUERINO CASASSANTA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**IVANETE DIAS DE JESUS CAROLINO
JOUBERT BUSTAMANTE JUNIOR
NARA LÚCIA GOMES DE OLIVEIRA
RAQUEL ALVES FORTES**

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2014



ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GUERINO CASASSANTA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2014

SUMÁRIO

	03
INTRODUÇÃO	
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	06
1.1. Posição política, filosófica e social	07
1.2. Posição pedagógica	08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	09
3. CURRÍCULO	11
3.1. Objetivos e prioridades de ensino da escola	12
3.2. Projetos desenvolvidos pela escola	13
4. ESPAÇOS E TEMPOS ESCOLARES	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO	16
5.1. Gestão escolar	18
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	19
7. AVALIAÇÃO	22
7.1. Avaliação interna	22
7.2. Avaliação externa	24
7.3. Avaliação do servidor público	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua centenária história a Escola Estadual Guerino Casassanta passou por algumas mudanças de prédio escolar. A mais recente ocorreu em abril de 2014, atualmente a escola Estadual Professor Guerino Casassanta situa-se a Rua São Miguel, nº 269, bairro São Miguel Arcanjo, no distrito de Justinópolis, Ribeirão das Neves – MG, Cep. 33900-480. O número de telefone para contato é: (0XX31) 3638-1524, o e-mail institucional é escola.10022@educacao.mg.gov.br e existe outro e-mail geral que é professor.guerinocasassanta@hotmail.com .

Apesar de pesquisarmos em nossos arquivos ainda não foi possível descobrir o ano de inauguração da escola. A data de 1965 é o ano em que consta somente a alteração de nome dessa unidade escolar. Em nossos arquivos foram encontrados documentos em que consta a data de fundação da escola em de 12 de janeiro de 1911, com a seguinte denominação: Escola Mixta de Campanha, pertencente ao distrito de Venda Nova, município de Sabará, onde está registrado o nome da primeira professora: Professora. Luiza Maria de Souza e do Inspetor Escolar, Antônio Rodrigues de Fróis. Entre a Escola Mixta de Campanha (1911) e a Escola Estadual Professor Guerino Casassanta (1965) ainda existem dados que devem ser recuperados para entendermos toda historia dessa escola. Ainda segundo Domingos ([200-?], p.1-2):

Com a transferência da capital do estado para Belo Horizonte, a região desenvolveu-se com muita rapidez. Em 1911, Venda Nova foi anexada a Belo Horizonte e a sede de seu distrito foi transferida para o povoado de Campanhã. Este por sua vez, foi anexado ao recém criado município de Contagem. Com a criação do distrito de Campanhã, atual Justinópolis, fez-se necessário a criação de uma escola de primeiras letras e esta se deu através do decreto n 2903 de 02 de agosto de 1910 [...] “O Presidente do Estado de Minas Gerais de conformidade com a lei 439 de 28 de setembro de 1906, resolve criar uma cadeira de instrução Primária Mixta, em Campanhã, município de Sabará. [...]. Esta escola, criada em 1910 e instalada em janeiro de 1911, com o nome de Escola Mixta de Campanhã, é a atual Professor Guerino Casassanta [...].

A escola sempre teve como objetivo principal, atender a demanda pelo ensino, promover o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade, buscando atingir resultados compatíveis com o desenvolvimento da sociedade e do contexto local. Da escola foram desmembradas várias outras unidades escolares.

A Escola Estadual Professor Guerino Casassanta foi pioneira em escolher o diretor por eleição direta de seus membros, isso por volta dos anos 80.

Seu atual terreno possui cerca de 5000 metros quadrados, atende a alunos dos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e alunos do curso profissionalizante de Informática (Pronatec) e Normal Professor de Educação Infantil. E foi fruto de uma permuta de terrenos entre o governo de estado e a prefeitura municipal.

Após a mudança para o novo prédio escolar, apesar da obra ainda não ter finalizado a construção da quadra, hoje a Escola Estadual Professor Guerino Casassanta abrange: 16 salas de aulas de aula, 12 no andar superior e 04 no inferior, 01 cozinha e seu respectivo depósito, 01 refeitório, 01 sala de vídeo (sala de aula adaptada), 01 laboratório de informática, 01 sala de supervisão pedagógica e 02 banheiros de alunos, 01 biblioteca, 01 sala para diretor, 01 sala para secretaria geral escolar, 01 sala para administração do setor de pessoal, 02 banheiros para professores, 01 banheiro para deficientes, 01 banheiro para auxiliar de serviços gerais, 01 portaria, 01 depósito, 01 laboratório de física/química, 01 laboratório de línguas convertido em sala de aula, 01 sala de reprografia.

A escola teve o seu nome alterado pelo Decreto Estadual nº 8329 de 20/05/1965 – 1º grau (Ensino Fundamental) e passou a ofertar o 2º grau (Ensino Médio) pelo Decreto Estadual nº 39830 de 21/08/1998. O curso normal professor de educação infantil foi implantado pela Portaria 301 de 12/03/2011 e o curso técnico de informática do Pronatec pela Portaria 1328 de 18/08/2012.

A escola funciona em três turnos, sendo manhã, tarde e noite, se organizando de forma a oferecer, no ensino fundamental e médio, carga horária mínima anual de 833h: 20 minutos ministradas em, no mínimo, 200 dias de efetivo trabalho escolar.

Consideram-se de efetivo trabalho escolar, os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou outras programações didático-pedagógicas, planejadas pela escola desde que contenham a presença de professores e a frequência controlada dos alunos.

A Escola Estadual Professor Guerino Casassanta, situada em ponto geográfico estratégico do distrito de Justinópolis, município de Ribeirão das Neves, busca se estruturar em níveis de qualidade e referência para o atendimento à comunidade a qual se insere, tanto no plano de suas instalações, como em sua proposta pedagógica.

Por isso, a busca de qualidade, implica na participação efetiva de todos, revendo seu papel no contexto e estabelecendo metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo. Daí então, a necessidade que se apresenta a esta escola de organizar e sistematizar sua proposta política pedagógica e o plano de ações neste sentido.

Atendendo as diretrizes da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, mantenedora das escolas da rede estadual, o Projeto Político Pedagógico da Escola Professor Guerino Casassanta se estrutura em alinhamento com as possibilidades e necessidades de sua clientela, numa proposta de Educação de Qualidade, Plural e Republicana. Este Projeto Político Pedagógico será, portanto instrumento normativo, na formação de cidadãos, contribuindo para o avanço e a transformação tecnológica, e conseqüentemente para a construção de um mundo melhor e com maior solidariedade, equidade social e por fim felicidade.

A comunidade escolar é composta por diversos grupos sócio-culturais como grupos de samba e pagode, congado, skatistas, grupos de dança de rua, funk, rap, rock, segmentos religiosos de grande representatividade (católicos e protestantes), Congado, grupos e pessoas com envolvimento políticos significativos, grupos esportivos e outros. Cada um desses grupos contribui à sua maneira para o bom andamento e para o desenvolvimento da diversidade do trabalho pedagógico na escola.

É importante ainda citar que a escola está inserida em uma comunidade onde o tráfico de drogas, a violência urbana e doméstica é frequente, interferindo direta e indiretamente no cotidiano da escola e dos alunos. Particularmente, isso exige uma postura e intervenção firme, mas ao mesmo tempo cuidadosa nos casos de indisciplina e na linguagem a ser utilizada dentro da proposta de ensino, para que ela não se torne distante e ineficaz ao tentar alcançar os alunos. Além de potencializar conflitos entre grupos rivais de alunos, alunos x professores e alunos x grupo gestor.

A Escola Estadual Professor Guerino Casassanta, vem de uma realidade contemporânea, onde a maioria dos alunos é de família modesta, sustentadas por mães ou mesmo por jovens, tendo assim que contribuir de alguma forma para o sustento das mesmas. É também comum encontrar avós, tias ou irmãs que se responsabilizam pela criação e pela instrução de alguns alunos. É comum alguns dos alunos estarem envolvidas em pequenos delitos ou mesmo em situação de

grande vulnerabilidade social. Os adolescentes por sua vez, apresentam uma “independência” e liberdade excessiva, sendo muito difícil manter contato ou mesmo conseguir o apoio necessário da família.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A Escola Estadual Professor Guerino Casassanta tem como missão buscar uma educação equilibrada e globalizada que atenda a multiplicidade de valores, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de atuar como agentes transformadores, engajados na sociedade para a construção de um mundo melhor e mais igualitário; concebendo a escola como um espaço de socialização, formação, de transformação humana e de construção de individualidades diversas.

Nesse sentido, a escola tem como objetivo formar cidadãos conscientes, críticos, solidários, dentro das suas qualificações básicas e promover a interação do sujeito com o conhecimento e a sociedade buscando, a partir de experiências de ensino e aprendizagem, a formação de um cidadão ético, autônomo e socialmente responsável desenvolvendo, no decorrer dessa etapa habilidade de análise, interpretação e síntese, construindo conceitos nas diferentes áreas do conhecimento, respeitando tanto as características da pré-adolescência, adolescência e do adulto, quanto os saberes e vivências de cada educando.

De acordo com artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 :

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 11)

A educação formal, nas instituições é apenas mais um instrumento de formação geral do cidadão, não apenas o único e exclusivo. Acreditamos ainda que é nossa missão promover um ensino baseado nos preceitos da ética, da integridade humana e solidariedade, estimulando o desenvolvimento do senso crítico, da responsabilidade, para assumir os desafios da vida e do mundo do trabalho, levando

a conscientização de direitos e deveres e liberdade de expressão, que definem ser cidadãos, tendo como missão: *“Educar com liberdade e responsabilidade para a formação de verdadeiros cidadãos”* e lema *“O conhecimento empodera e liberta”*

1.1. Posição política, filosófica e social

Baseada na resolução nº 2197/12, artigo 3º, a Escola Estadual Guerino Casassanta tem como eixos norteadores de ação pedagógica, os seguintes princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Parágrafo único. Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando. (MINAS GERAIS, 2012, p. 2)

A direção, a equipe administrativa, técnica e pedagógica, independente de cargos e níveis hierárquicos, estão imbuídos da natureza filosófica e política de seus papéis, e da importância que suas ações estejam voltadas para o alcance desses princípios educacionais.

Socialmente a escola se propõe a orientar sua estratégia de ação para ser reconhecida publicamente como uma escola de excelentes serviços da Rede Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais. Sempre dedicada a priorizar a educação e o permanente aumento da escolarização dos seus alunos e da comunidade na qual atua, através de serviços educacionais e culturais, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento social, cultural e no mundo do trabalho da região de Justinópolis, Ribeirão das Neves.

Além de oferecer capacitação técnica para a comunidade, a escola está imbuída na ampliação da Cultura da Paz, na ampliação dos Direitos Civis, na inclusão de pessoas com deficiência, combate ao racismo, combate à discriminação de gênero, homofobia, proteção das crianças, adolescentes e mulheres.

1.2. Posição pedagógica

Na educação básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar, deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando.

O plano de trabalho do corpo docente desenvolver-se-á mediante aulas diárias, sistemáticas ministradas por profissionais devidamente habilitados. A metodologia adotada nas aulas levará em conta os seguintes aspectos:

- I Motivação;
- II Graduação de dificuldades;
- III Dosagem e adequação de novas tecnologias disponíveis na escola;
- IV Aprendizagem através de atividades práticas;
- V Contato com experiências e vivências reais de cultura, ciência e arte.

A escola utilizará de todos os seus recursos humanos e didáticos para assegurar o resultado positivo do processo ensino-aprendizagem.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

O novo prédio da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta está instalado em uma área de aproximadamente 5000 metros quadrados, menor do que o antigo prédio. É uma escola nova, ainda em fase de término de construção depois de quatro anos de espera. Modelo do Departamento Estadual de Obras públicas (DEOP), com estruturas adaptadas a inclusão de pessoas com deficiências. Ainda não esta finalizada e não tem quadra escolar coberta construída.

Quanto aos recursos físicos, a escola possui 03 máquinas copiadoras, 01 duplicadora, 04 impressoras laser, 40 computadores, 03 retroprojetores, 02 tvs 20”, 01 tv 21”, 02 tvs 29”, 04 aparelhos de DVD, 06 micro systems, 01 bebedouro industrial de 100L, 01 bebedouro industrial de 50L, 01 bebedouro industrial de 30L, 03 geladeiras, 02 freezers, 02 fogões industrial, 04 totós, 02 mesas de tênis de mesa profissional, 01 condicionador de ar, 01 lousa digital, entre outros equipamentos.

A atual equipe que compõe os recursos humanos da escola é composta pelo diretor Joubert Bustamante Junior, em seu segundo mandato e as vice diretoras Janete Rodrigues da Silva, do 1º turno, Juliana Macedo Figueiredo, do 3º turno e Delmarice Aparecida Cândida Falcão, do 5º do turno, 03 especialistas que compõe o quadro da escola nesse ano, além de uma Secretária Escolar, 106 servidores sendo: 16 Auxiliares de Serviços da Educação Básica, 06 Auxiliares Técnicos da Educação Básica e 75 Professores da Educação Básica.

A escola recebe verbas da Secretaria de Estado da Educação e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) para o financiamento e custeio de seu funcionamento. Anualmente a escola recebe recursos para alimentação escolar, manutenção e custeio oriundos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), os demais recursos são esporádicos ou necessitam da elaboração de um projeto escolar e solicitação de verbas para a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Existindo a necessidade a escola promove eventos em parceria com a comunidade escolar para arrecadar recursos próprios para aquisição de determinado bem ou serviço.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

Atualmente a escola conta com 33 turmas, nos três turnos e aproximadamente 1200 alunos, sendo: 13 turmas no turno da manhã, 13 turmas no turno da tarde e 07 turmas no turno da noite.

Atualmente os alunos interessados em estudar na escola fazem um Cadastro Escolar, promovido pela Secretaria Municipal de Educação que posteriormente encaminha os alunos para a escola efetivar a matrícula. Havendo a existência de vaga, o aluno pode procurar a secretaria da escola para efetuar sua matrícula. Não

há seleção ou critérios de reserva de vagas. Alunos com deficiência têm assegurado constitucionalmente seu acesso à educação regular, e existindo vaga, são matriculados imediatamente. Mediante laudo médico que comprove a deficiência a escola encaminha para a SEE solicitação de serviço de atendimento educacional especializado.

A enturmação dos alunos em classes escolar não segue uma metodologia rígida e homogênea, pois o Conselho de Classe leva em consideração as ações atitudinais, o desenvolvimento cognitivo, e idade do aluno. Em síntese seria a enturmação heterogênea.

Quanto ao número de alunos por sala, a escola tenta seguir o estabelecido na Lei Estadual nº 16056/2006, sendo o número máximo de aluno por sala: trinta e cinco alunos nos anos finais do ensino fundamental e quarenta alunos no ensino médio.

No entanto, o número máximo de alunos por sala de aula estabelecida por esta lei poderá ser alterado, a critério da Secretaria de Estado de Educação, e da escola em situações excepcionais, emergenciais ou transitórias.

Devido a grande demanda, temos turmas que ultrapassam o número máximo de alunos em sala de aula, isso levando em conta a necessidade social da educação, os direitos assegurados na constituição e a capacidade de ocupação de cada sala de aula e respectivos equipamentos.

As reuniões pedagógicas entre professores e coordenação e/ou direção para discutirem assuntos pedagógicos e administrativos ocorrem uma vez por mês, ou sempre que se fizer necessário. Na rede estadual é conhecida como módulo II é composta por 1/3 da carga horária de trabalho do professor, para planejamento de acordo com regulamentação do Ministério da Educação e Secretaria de Educação. Na escola elas ocorrem sempre que necessário, a cada bimestre para esclarecimentos acerca do rendimento do aluno, mensalmente no colegiado, e em assembleia geral no mínimo uma vez por ano para prestação de contas.

Os planejamentos pedagógicos escolares se iniciam a partir de reuniões com os pedagogos, professores, e às vezes analistas da Secretaria Estadual de Educação (SEE). São utilizadas as reuniões de módulo II, tanto durante a semana quanto a mensal.

A reunião tem uma pauta estabelecida que é parte de um tema central ou mais e a partir daí utiliza-se a dinâmica de motivação, posicionamento do(s) tema(s), discussão e conclusão.

3. CURRÍCULO

O currículo do Ensino Fundamental e Ensino Médio são elaborados com base nos aspectos cognitivos, afetivos, social, psicológico e bio-psicomotor, constituído por áreas de conhecimento visando desenvolver as habilidades e competências do aluno e ampliar sua visão e seu conhecimento de mundo, sua formação humana e conceitos básicos de cidadania e preparação para o mundo do trabalho. Tem como pressupostos a aprendizagem do campo conceitual, procedimental e atitudinal; seguindo, na esfera nacional nos Parâmetros Curricular Nacional (PCN) e na esfera estadual o Currículo Básico Comum (CBC). Ele é organizado por áreas de conhecimento com os objetivos e composição determinados pela legislação já citada.

O currículo é feito por séries/anos ou etapas/ períodos de atividade, áreas de estudos, conteúdos e disciplinas.

No Ensino Profissionalizante (Curso Normal e de Informática) a escola também segue um currículo determinado para os cursos, mas agrega ainda outros aspectos do ensino básico (cognitivos, afetivos, social, psicológico) não ficando preso aos ditames da capacitação exclusiva para o mercado de trabalho.

O currículo do ensino básico é composto pela Base Nacional Comum e a parte diversificada. A base comum visa dar uma visão de unidade nacional enquanto a parte diversificada pretende atender as especificidades de cada local. Ao se praticar o currículo escolar temos que pensar que segundo Lopes (2006, p. 38-39) os poderes de definição e prática são assimétricos:

Tal concepção se confronta com a idéia de política de currículo como um pacote “lançado de cima para baixo” nas escolas, determinado pelos governos, cabendo às escolas apenas implementar ou resistir a esse pacote. Igualmente se confronta com a distinção entre política e prática como duas instâncias nas quais estão polarizadas a dominação e a resistência, a ação e a reação. A desconstrução desses binarismos não implica a produção de um terceiro termo que expresse a síntese ou solucione a crise estabelecida pelos termos antecedentes. Tem-se outra forma de compreender a política que incorpora os sentidos da prática e,

dessa forma, concebe as interpenetrações e mesclas entre dominação e resistência, bem como as ambivalências nos discursos. A política curricular é, assim, uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados para as decisões curriculares nas instituições escolares.

Nesse sentido a escola gravita em aplicar os currículos estatais, visto que um segmento desse aparato e amparada nos temas transversais abordar a realidade que a cerca. Sempre seguindo o tempo assíncrono de aprendizado dos alunos. Embora não é suficiente para modificar substantivamente os índices de evasão e repetência de nossos alunos, apesar de facilitar a adesão dos alunos e professores

3.1. Objetivos e prioridades de ensino da escola

A Escola Estadual Guerino Casassanta tem como objetivos a educação escolar, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, vivência cotidiana, respeito ao próximo e início de sua preparação para o trabalho, expressa nas seguintes metas:

I - Manter atendimento aos alunos de todos os níveis,

II - Garantir a qualidade do ensino oferecido de forma a alcançar um percentual de aprovação um mínimo de 80% em todos os níveis, diminuindo assim a reprovação,

III - Ampliar a participação da comunidade escolar nos assuntos da escola,

IV - Eliminar os altos índices de evasão escolar no ensino fundamental e médio, através de atividades e uma dinâmica escolar mais atrativa,

V - Desenvolvimento de programas de capacitação, formação e atualização didático-pedagógica e administrativa para professores, equipe técnica e administrativa com periodicidade regular, por meio da biblioteca, sala da informática, ou contratação de palestrantes visando melhorar o atendimento aos alunos e a comunidade em todos os turnos, estimulando a leitura e a prática de pesquisas nas diversas áreas de conhecimento.

O Ensino Fundamental tem duração de no mínimo nove anos com 200 (duzentos) dias letivos, com total mínimo de 833:20, com quatro horas de aulas e atividades diárias.

O Ensino Médio com duração de três anos tem por objetivo geral proporcionar aos estudantes, vivências significativas de aprendizagem em que possam construir uma visão globalizada do mundo sem perder de vista o foco no local, para que atuem ativamente na sociedade, posicionando-se de forma crítica, reflexiva, ética, solidária e competente.

O ensino médio é organizado por áreas de conhecimento com objetivos e composição determinados pela legislação vigente. A ordenação do currículo é feita por séries ou etapas, períodos de atividades, áreas de estudo, conteúdo e disciplina.

O ensino médio também tem duração mínima anual de 200 dias letivo.

A partir de 2014 o ensino médio passou por reformulação e foi introduzido o *“Reinventando o Ensino Médio”* que passou a ter duração de 06 módulos de aula diária, isso introduziu maior carga horária de aprendizado para os alunos. Essa maior carga horária é destinada a introdução de temas de cunho profissional, escolhido pela própria comunidade no início do ano letivo.

A educação profissional é uma modalidade diferenciada de educação, articulada com a educação básica e a educação superior. Os objetivos dessa modalidade de ensino têm como referência as novas exigências do sistema de produção, que vem requerendo, em maior grau, o conhecimento científico e tecnológico do educando.

A educação profissional poderá ocorrer de forma independente do ensino regular ou estar a ele integrada, seja ao ensino fundamental ou ao ensino médio, podendo também envolver diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Na escola temos os dois modelos. O curso de informática do pronatec exige que o aluno esteja matriculado no ensino médio para fazer o curso (curso concomitante) já o curso Normal se faz no “modelo” aproveitamento de estudos. Para fazer o curso é necessário ter concluído o ensino médio.

3.2. Projetos desenvolvidos pela escola

Durante o ano letivo vários projetos pedagógicos são executados de maneira isolada (apenas um professor) ou multidisciplinar (dois ou mais professores). Entre os mais significativos estão:

- Todos pela aprendizagem: Reforço escolar para alunos com dificuldades de alfabetização. Acontece principalmente com os alunos do 6º ano do ensino fundamental.

- Leituras literárias: Os mestres da literatura ou Olimpíadas Brasileira da Língua Portuguesa. Os professores desenvolvem projetos de leituras e confecção de redações ou apresentação teatral com os alunos de suas respectivas salas do ensino fundamental e ensino médio.

- Projetos Esportivos (campeonatos): pebolim, tênis de mesa, voley e futsal. Campeonatos desenvolvidos pelos professores da área de educação física. Este ano (2014) não haverá os de futsal e voley, visto que a escola mudou de endereço e no novo prédio não existe quadra esportiva.

Avaliações internas (diagnosticar): Trabalho desenvolvido por todos os professores da escola que tem por base o PIP (Plano de intervenção pedagogia) e que fundamenta os planejamentos didáticos para o ano letivo.

- Momento Cultural: Trabalho que substitui a Feira de cultura. Feito uma vez por semestre. Todos os alunos da escola participam desse evento.

- O Cinema e a Educação: projeto que visa trabalhar os temas interdisciplinares por meio dos filmes.

- Festa Junina: festa tradicional que congrega todos os alunos da escola.

A escola ainda não adota o sistema de tempo integral, mas pretende em um futuro próximo adotar a prática para os anos finais do ensino fundamental

4. ESPAÇOS E TEMPOS ESCOLARES

"Os lugares, com suas diferentes velocidades, advindas de sua história, imprimem as especificidades que somente podem ser apreendidas em sua totalidade a partir de um novo modelo de produção de conhecimento", conforme Santos, B.S. in Pekelman e Santos ([200-?], p.3). Assim também é a Escola Estadual Professor Guerino Casassanta em seu espaço único concentrador de territorialidades. Nesse múltiplo e complexo espaço se dá variadas concepções e interações que visam contribuir na formação do cidadão desejado.

A escola, enquanto espaço formal do conhecimento, e excepcional parceiro na formação do cidadão busca a interação dos espaços interno x externos nesse objetivo.

Entre os espaços internos temos a sala de aula, a sala de informática, sala de vídeo, laboratório de física, química e biologia (a ser implantado), a biblioteca, sala de jogos (sala de aula adaptada), quadra poliesportiva (converte em auditório) ainda a ser construída, pátio coberto e descoberto, cantina escolar, banheiro e corredores.

Os espaços escolares são aproveitados além da concepção arquitetônica original. Salas de aula se transformam em auditórios para apresentação de trabalhos escolares, e palestras. São adaptadas também, em salas de jogos (tênis de mesa e pebolim), para minimizar a inexistência da quadra. Pátios coberto e descoberto se transformam em pequenos espaços para a prática de esportes, apresentação de trabalhos e reuniões de grande público.

A biblioteca espaço ainda em organização (aguarda a liberação de recursos para ser implantada fisicamente) recebe de maneira precária os professores, alunos e pais de alunos que necessitam de livros diversos nos seus três turnos de funcionamento.

O laboratório de informática, ainda em fase de implantação não poderá ser utilizado, pois não existe ainda na escola potência elétrica suficiente para que as máquinas sejam ligadas. Para superar esse obstáculo a escola está utilizando o laboratório da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição em parceria para minimizar o problema.

O laboratório de física deverá ser implantado em 2015 com a liberação do recurso do Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE). Hoje funciona como reprografia e depósito.

Os laboratórios da escola funcionam com o agendamento, pois existem disciplinas que utilizam mais intensamente os equipamentos (curso de informática e normal) e de maneira menos intensa o curso regular.

O tempo escolar é um processo institucionalizado pela mantenedora da rede. No entanto a escola utiliza readaptações necessárias para atender as necessidades específicas de determinados trabalhos pedagógicos.

Dentro de uma visão clássica o tempo e o espaço escolar funcionam de maneira a potencializar o aprendizado dos alunos. Na atualidade essas características não atendem plenamente a comunidade em que a escola esta

implantada, mas servem de base para que se faça o máximo pelo aprendizado dos alunos.

Na organização dos tempos escolares temos as definições legais, federal e estadual sendo um calendário escolar de 200 dias letivos, semana de 5 dias letivos, duração do dia letivo de 4 horas, com cinco ou seis módulos de aula com cinquenta minutos (módulo I) e 20 minutos de intervalo para o recreio, carga horária anual de 833:20, para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e o 2º e 3º anos do ensino médio (em fase de terminalidade) e 1000 horas a partir de 2014 para os alunos que iniciaram o 1º ano do ensino médio do “*Reinventando o Ensino Médio*”, 1/3 da carga horária do professor para planejamento (módulo II) conforme legislação estadual e federal, tempo anual dividido em bimestres, para o ensino regular (4 bimestres), tempo semestral para o curso de informática do Pronatec (duração de 3 semestres) e dividido em 2 bimestres em cada módulo semestral, tempo semestral para o curso normal professor de educação infantil com duração de 3 semestres, rede estadual concebida em ciclos de aprendizado e organizada em seriação.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Antes de abordarmos os processos de tomada de decisão da Escola devemos fazer uma pequena reflexão.

O modelo de gestão escolar no Brasil não pode ser comparado aos modelos de gestão empresarial. Apesar de existir uma pequena desconcentração de ações, o restante das decisões implementadas pelas escolas são determinadas pelo órgão central, seja ele o ministério da educação ou as secretarias de educação.

Nas palavras de Almeida ([200-?], p.37) a descentralização é concebida como um modo de aumentar a eficiência e a eficácia dos gastos, aproximando problemas e gestão. Para ela, a descentralização aumenta a possibilidade de interação no âmbito local, dos recursos públicos e dos não-governamentais dirigidos ao financiamento das atividades sociais.

Segundo Souza (2005, p.1) a ideia de gestão democrática é um processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam,

solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola.

Para Wittmann (2000, p. 91), o melhor modelo seria a autogestão e/ou autopoiese. Ainda não alcançamos nem um nem outro modelo de gestão democrática, mas segundo a legislação estadual e federal vivenciamos uma gestão democrática, pois temos os conselhos escolares, eleitos de forma participativa e democrática, que desempenham as funções fiscalizadora, consultiva e deliberativa.

O problema está em seu funcionamento. De acordo com Nunes (1999, p.39, apud Souza, 2005, p.1), a organização da escola e da educação, quando se dedica a constituir instrumentos de democratização, muitas vezes tem sofrido de um mal: o de criar instituições meramente “cartorárias”, engessando e burocratizando a educação. Ainda segundo Souza (2005, p. 1):

... por vezes, esbarram na própria institucionalização da idéia, a ponto de a forma tomar o lugar do conteúdo, ou seja, a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação públicas se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático.

Apesar de haver a desconcentração ao invés da descentralização ou autogestão as escolas se esforçam para criar e manter em funcionamento esse espaço de diálogo escolar, que são os conselhos escolares com pais, alunos, servidores e professores. No entanto, segundo Barreto ([200-?], p. 2):

Embora atualmente os conselhos de escolas e as Associações de Pais e Mestres (APMs) estejam presentes em todas as redes de ensino, observa-se que a participação na escola costuma ser ainda bastante limitada. São poucos os pais que comparecem às reuniões convocadas e as decisões aprovadas servem, muitas vezes, tão somente para dar forças as medidas que o corpo docente já adotou, ou quer adotar, ou que a direção quer tomar. Essas reuniões não refletem, de fato, um processo de decisão e envolvimento mais amplo.

E nesse ponto a escola se esforça muito para dar legalidade, às ações que têm que ser respaldadas pelos conselhos escolares. Temos o Colegiado (Conselho escolar), o Conselho de Classe (para decisões pedagógicas), temos a Comissão de Licitação, temos o Conselho dos representantes de Turma, o Grêmio estudantil, temos a Comissão de avaliação de Desempenho.

5.1. Gestão escolar

A escola é parte de uma sociedade e a sociedade possui expectativas e leis a respeito da educação e do funcionamento da escola. Nenhuma escola funciona isolada no mundo. A escola também vive dentro de uma comunidade local, por isso precisa conhecer refletir a respeito da realidade que a cerca, da sua cultura, dos seus valores e de suas expectativas, inclusive para definir em que medida a escola irá reforçar ou se contrapor a práticas, hábitos e tradições dessa comunidade.

A busca por parcerias dentro da comunidade escolar deve ser uma prática constante numa gestão democrática que busca o diálogo entre os vários segmentos existentes. Entre eles:

a) Colegiado (Conselho Escolar): formado por representantes de pais, alunos, professores e demais servidores da escola, se reúne ordinariamente todos os meses e extraordinariamente sempre que necessário. Órgão consultivo, fiscalizador e deliberativo. Toma decisões, financeiras (plano de gastos e análise de prestação de contas), pedagógicas (calendário, plano curricular, distribuição de pontos, etc) e administrativas (pessoal, expansão de turmas/séries, entre outros). No colegiado existe a Diretoria do Colegiado: (Tesoureiro, Secretario e Comissão Fiscal), composta por pais, professores e demais servidores. Reúne sempre que necessário. Existe ainda a Assembléia do Colegiado que reúne todos os membros que compõe a escola, tem caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo reúne-se, no mínimo uma vez por ano;

b) Conselho de Classe: formado por professores, pedagoga e direção, atua mensal ou bimestralmente e ao final do ano letivo. Toma decisões pedagógicas como rendimento de alunos, recuperação, aprovação, retenção aprovação parcial etc.

c) Comissão de Licitação: formada por professores e servidores da escola delibera a respeito de compras ou serviços acima de R\$7.000,00. Executa ações de cunho administrativo financeira. Reúne sempre que necessário.

d) Conselho dos Representantes de Turma: formado pelos alunos representantes de sala, é um órgão de participação estudantil tem caráter consultivo. Reúne sempre que necessário.

e) Grêmio estudantil: formado por alunos, tem caráter recreativo e consultivo. Escolhido por eleição geral entre os alunos por período de dois anos e se reúne conforme seus interesses. Precisa ser retomado em nossa escola.

Segundo Veiga, in Oliveira et al (1988, p. 113)

Numa escola que tem como objetivo formar indivíduos participativos, críticos e criativos, a organização estudantil adquire importância fundamental, na medida em que se constitui numa "instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula.

f) Comissão de Avaliação de Desempenho: formada por professores que avaliam vários aspectos de caráter profissional do servidor ao longo e ao final de cada ano letivo.

g) Sub Comissão de inventário: formado por professores tem como função conferir anualmente a variação patrimonial da Caixa Escolar (escola).

6 . RELAÇÕES DE TRABALHO

De acordo com NUNES (1999, p.39, apud SOUZA, 2005, p.17), a organização da escola e da educação, quando se dedica a constituir instrumentos de democratização, muitas vezes tem sofrido de um mal: o de criar instituições meramente “cartorárias”, engessando e burocratizando a educação. Ainda segundo Souza (2005, p. 17):

por vezes, esbarram na própria institucionalização da idéia, a ponto de a forma tomar o lugar do conteúdo, ou seja, a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação públicas se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático.

Apesar da pouca autonomia as escolas se esforçam para criar e manter em funcionamento esse pequeno espaço de dialogo, que são os Conselhos Escolares com pais, alunos, servidores e professores. No entanto, segundo Barreto ([200-?], p. 18):

Embora atualmente os conselhos de escolas e as APMs estejam presentes em todas as redes de ensino, observa-se que a participação na escola costuma ser ainda bastante limitada. São poucos os pais que comparecem às reuniões convocadas e as decisões aprovadas servem, muitas vezes, tão somente para dar forças às medidas que o corpo docente já adotou, ou quer adotar, ou que a direção quer tomar. Essas reuniões não refletem, de fato, um processo de decisão e envolvimento mais amplo.

As relações de trabalho desenvolvidas na Escola Estadual Professor Guerino Casassanta buscam a participação efetiva de todos, revendo seu papel no contexto e estabelecendo metas a serem alcançadas a pequeno, médio e longo prazo. Daí então, a necessidade que se apresenta a esta escola de organizar e sistematizar sua Proposta Política Pedagógica e o Plano de Ações. A escola se estrutura numa proposta dentro das diretrizes da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, que segundo Japecanga ([199-?], p. 43):

Na realidade, é o Estado quem dita como serão as relações, como deve ser estruturado a escola. Nem sempre o poder que o diretor pratica emana de sua vontade própria. Embora não esteja descartada uma relativa autonomia no exercício dos profissionais de comando da escola, ela pode existir desde que não contrarie a autoridade central.

A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. Neste sentido cada segmento escolar tem sua participação direta nas relações de trabalho no contexto escolar.

O papel do gestor escolar é fundamental para a construção destas relações, pois ele é o principal indutor das ações que levarão a maior ou menor participação da comunidade interna e externa nos assuntos da escola.

Os alunos, pais, professores e demais servidores estão representados em diversas comissões escolares, entre elas Colegiado, o Conselho de Classe, a Comissão de Licitação, a Diretoria do Colegiado, o Conselho dos Representantes de Turma, o Grêmio estudantil, a Comissão de Avaliação de Desempenho dos servidores efetivos, a Assembléia do Colegiado e a Sub Comissão de inventário.

Nesse sentido, o gestor escolar tem a difícil tarefa de despertar em todos os sujeitos o desejo de participar efetivamente das relações de trabalho desenvolvidas no contexto escolar. Relembrando Japecanga ([199-?]): "É importante salientar que

a participação é uma prática que não se dá de modo espontâneo; é algo que faz parte de um processo histórico de construção coletiva."

A relação com a comunidade também apresenta as mesmas dificuldades das demais escolas para congregar e reunir efetivamente seus membros. Dias da semana, horários de trabalho (turnos) entre outros, são grandes impeditivos para as reuniões terem maior participação das famílias.

Mas sabemos que a participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

Mesmo diante dessas imensas dificuldades a escola tem realizado minimamente a criação e as reuniões dos Conselhos Escolares. Para superar estes desafios, a gestão escolar busca sensibilizar a todos os sujeitos envolvidos no cotidiano da escola incentivando-os a conhecer melhor o trabalho desenvolvido pela escola, como explica os autores Oliveira, Moraes e Dourado ([200-?], p. 2):

Enfim a participação é um processo permanente, a ser construído coletiva e diariamente. Em alguns casos, é necessário reaprender o processo de participação, reinventá-lo! Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal, ritual e legal.

No que tange às relações no interior da escola, é importante lembrar que esse é um espaço minado, onde formas diferentes de representação acontecem a todo o momento. Coalizões ocorrem, mas, por outro lado, ganha um caráter notadamente antagônico, o que permite afirmar a existência de interesses opostos no interior das unidades, em cujo contexto as relações de poder ganham um caráter coercitivo ou manipulativo. Isto é um desafio para as relações democráticas.

Os conflitos escolares acabam apresentando também uma rede de solução. A iniciar pela orientação dos professores em sala de aula, a partir daí são encaminhados ao serviço de supervisão/orientação escolar, vice direção, direção e por ultimo ao colegiado. Não ficam fora dessa rede o Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência de Assistência Social (Cras), a Polícia Militar, a Superintendência Regional de Ensino, a Secretaria de Estado da Educação e o poder judiciário.

7. AVALIAÇÃO

Segundo HOUAISS (2001):

... avaliação é ato ou efeito de avaliar (-se); cálculo ou valor de um bem ou de bens; valor determinado por quem avalia; apreciação ou conjectura sobre condições, extensão, intensidade, qualidade etc. de algo; verificação que objetiva determinar a competência, o progresso etc. de um profissional, aluno etc. (2001, p.353)

Essa base conceitual é importante para entendermos como se inicia o processo de construção da mentalidade que envolve o processo de avaliação escolar. Que muitas vezes é unidimensional, isto é do professor para o aluno.

Nas escolas da rede pública estadual a avaliação formal tem três grandes aspectos, o primeiro é a avaliação interna dos alunos, o segundo é a avaliação externa dos alunos com reflexos institucionais e o terceiro é a avaliação de desempenho do servidor público.

Devemos considerar ainda a avaliação informal. Essa é feita por todos os envolvidos na sociedade. Ela leva em consideração diversos aspectos que podem se basear em qualidade de ensino, qualidade das instalações (rede física), qualidade do corpo gestor e docente, ou a ausência desses entre outros e podem envolver um ou mais desses aspectos.

Esses fatores afetam variadamente cada membro que compõem a sociedade e que avaliam a escola de forma objetiva e subjetiva. Portanto variando de membro a membro não podendo ser equiparado ou igualado por todos os envolvidos.

7.1 . Avaliação interna

Processo de averiguação do aprendizado do corpo discente escolar. Visa detectar o sucesso, falhas e dificuldades de aprendizagem das competências e habilidades do aluno.

Importante destacar que o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, na sua grande maioria, somente alguns dos conhecimentos adquiridos. No entanto, mesmo que o Conselho Escolar opte por iniciar a avaliação da escola pelo desempenho discente, ele não pode perder a visão de todo o processo, estabelecendo um cronograma para as demais avaliações. (NAVARRO 2004, p. 38-40)

A avaliação escolar tem sido muito questionada por se ater primordialmente no critério quantitativo, isto é o produto, mede o sucesso ou o fracasso do aluno e o valor obtido pelo aluno naquela prova. Além de após a detecção desse resultado a equipe escolar pouco replanejar ou alcançar êxito em suas ações, segundo Sousa (1999, p. 1)

No entanto, tradicionalmente, a avaliação que se realiza de modo sistemático na escola é a direcionada para o aluno, sem que os resultados dessa avaliação sejam referenciados ao contexto em que são produzidos. Ou seja, o fracasso ou o sucesso escolar dos alunos tendem a ser interpretados em uma dimensão individual, não sendo tratados como expressão do próprio sucesso ou fracasso da escola.

Por isso, a necessidade de se repensarem as práticas avaliativas ainda vigentes que apontam para a importância de se enxergar a avaliação e as aprendizagens como integrantes do mesmo processo. Por isso discutir avaliação é ir além da nota perdida ou conseguida ou aprovar ou reprovar.

Buscando ajustar a direção da avaliação, a EE Prof. Guerino Casassanta tem como critérios de avaliação:

- a) Conselho de classe: avalia o comportamento do aluno na escola - 10%
- b) Atividades: todas atividades excluídas as provas - 60%
- c) provas - 30%

No entanto ainda é necessário aperfeiçoar essa metodologia. É necessário trazer os alunos para dentro do processo de avaliação, dando-lhes a oportunidade de auto avaliar-se no contexto escolar.

Aos alunos que não atingem o nível desejado de aprendizado são ofertados:

- a) a recuperação paralela, ao longo do bimestre letivo, visando dar nova oportunidade de aprendizado ao aluno que não obteve sucesso em seus estudos;
- b) a progressão parcial de conteúdos: que permite ao aluno avançar conteúdos para os quais já apresente domínio de conhecimento, dando-lhe novas oportunidades de estudos. Só é adotada nos 04 anos finais do ensino fundamental e ensino médio e no curso profissionalizante. O aluno pode avançar de ano letivo desde que não seja retido em 4 ou mais disciplinas;
- c) estudo independente a ser realizado no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente

(janeiro), quando as outras estratégias não forem suficientes para atender as necessidades mínimas de aprendizagem do aluno;

d) estudo orientado ao longo do primeiro semestre do ano letivo subsequente, para os alunos em regime de progressão parcial, podendo os mesmos serem liberados do processo tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas;

e) estudo independente, no segundo semestre do ano letivo em curso, para os alunos em regime de progressão parcial que não obtiverem resultados satisfatórios nos estudos, no primeiro semestre.

7.2. Avaliação externa

Temos duas grandes avaliações institucionais em grande escala averiguando o nível de aprendizado dos alunos no estado de Minas Gerais.

No âmbito estadual temos o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), que por meio do PROEB avalia os alunos de algumas séries, entre elas o 9º ano do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio.

Na esfera federal é aplicada na escola a Prova Brasil (SAEB), também nessas mesmas séries.

Ambas objetivam compreender e avaliar o desenvolvimento cognitivo do aluno nessas séries para tentar perceber o seu processo de aprendizado, segundo Souza (2005, p. 35)

E quais são as relações entre avaliação institucional e controle social? Vimos que a avaliação institucional dá um grande suporte à gestão da escola; na realidade ela é parte do processo de gestão da escola, mas não apenas como uma ferramenta a serviço de levantar dados para o planejamento e monitoramento das ações escolares. Há um outro sentido da avaliação institucional, que está em permitir a ampliação do controle social, pois quando a escola se dispõe a pensar sobre si mesma, avaliando o conjunto dos elementos e ações que a constituem, levantando e socializando informações sobre si, ela “se expõe” à sociedade, isto é, ela permite que a sociedade, destinatária final do trabalho escolar e sua mantenedora maior, acompanhe, controle e também avalie o seu desempenho. Isto é, o que a avaliação institucional pretende ao dar suporte ao controle social é ampliar ainda mais as possibilidades de incremento da qualidade do ensino, de aumentar as chances dos estudantes acessarem melhores condições de aprendizagem e ao procurar dar mais condições para solução de problemas locais e/ou para a correção de ações pouco efetivas ao desenvolvimento dos estudantes.

Um problema da avaliação de larga escala e que afeta o seu grande potencial é que ela desconsidera algumas variantes que são muito importantes como as condições sociais dos alunos que frequentam determinada escola, o desenvolvimento cognitivo dos alunos no início do ano e na hora da avaliação, o desconhecimento das competências do corpo docente e gestor e a violência na escola e/ou região entre outros.

No ano seguinte a aplicação das avaliações o governo (estadual ou federal) apresentam os indicadores da escola. No caso do governo estadual apresenta os resultados em escala de proficiência da escola. Já o governo federal apresenta o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB).

Ao longo dos últimos sete anos a escola tem apresentado níveis crescentes de desempenho dos alunos nessas avaliações, em 2010 a escola ficou na segunda posição segundo o desempenho dos alunos na prova do Enem.

7.3. Avaliação do servidor público

De acordo com a Constituição federal todo servidor público deve ser avaliado em processo para determinar a estabilidade no serviço público. Além dessa avaliação, no estado de Minas Gerais, os servidores públicos passam anualmente por uma avaliação de desempenho.

Essa avaliação é feita ao longo do ano. É analisada por uma comissão de avaliação de desempenho que no caso do professor analisa quatro grandes critérios: a) o desenvolvimento profissional (2 sub critérios), b) relacionamento interpessoal (3 sub critérios), c) compromissos profissional e institucional (3 sub critérios) e d) habilidades técnicas e profissionais (9 sub critérios). Após ser avaliado pela comissão, o servidor tem direito a petição de reavaliação caso não concorde com a pontuação da avaliação.

Essa avaliação, em última instância serve para validar a permanência do servidor no serviço público estadual. Serve também para determinar o percentual de ganho no prêmio de produtividade, conferido anualmente ao servidor, caso se alcance as metas estabelecidas pela secretaria a qual está vinculado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo das nossas responsabilidades social, cultural, profissional e como cidadãos em busca de uma sociedade mais politizada, estamos prontos para inovar, percorrer novos caminhos e buscar permanentemente novas formas de desenvolvimento das relações humanas e do trabalho sócio-educativo.

A avaliação do Projeto Político Pedagógico é uma importante ferramenta a serviço da gestão e do planejamento escolar na medida em que seus resultados permitem aprimorar o desempenho de suas ações e metas.

Além disso, a escola deve divulgar amplamente os dados e informações relativos a projetos, propostas e ações desenvolvidas e previstas para melhorar sua atuação e seus resultados educacionais. De posse das informações necessárias o colegiado, equipe gestora e os professores devem replanejar suas ações e metodologias de trabalho para lograr êxito em suas ações pedagógicas.

Tendo toda a comunidade envolvida no processo de ensino aprendizagem as chances de inverter o pêndulo a favor de uma melhoria significativa da educação passa a ser muito maior. Com isso a escola exercerá tanto a sua função formal de educar quanto à função social.

Uma gestão de fato democrática permite a participação de todos envolvendo a comunidade local e todos os segmentos da instituição em prol da melhoria educacional, traçando metas e buscando parcerias para alcançar os objetivos propostos coletivamente.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para melhoria da qualidade da educação.** Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15129>> Acesso em 15/06/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2010. Disponível em:<<http://escoladegestores.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em 15/06/2014

DOMINGOS, Antonio. **História do Ensino em Ribeirão das Neves.** Ribeirão das Neves, Arquivo Público Municipal Nonô Carlos. Mimeo. [200-?].

DOURADO, Luiz Fernandes (org); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em :< <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>>. Acesso em 26/07/2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org); OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes. **Conversando mais um pouco sobre o conselho escolar.** Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>>. Acesso em 23/11/2014.

HOUAISS. Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

JAPECANGA, Alaide Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica.** Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357> > Acesso em 26/07/ 2014.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf>> Acesso em : 19/05/2013

MINAS GERAIS, **Lei nº 16056**. De 24 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=16056&comp=&ano=2006&aba=js_textoOriginal#texto>. Acesso em 27/07/2014.

_____, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais.**

_____, **Lei Complementar nº 71 de 30 de julho de 2003**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=71&comp=&ano=2003&aba=js_textoAtualizado#texto>. Acesso em 25/11/2014

_____, **Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 7.110** de 06 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/gestao-governamental/gestao-de-pessoas/politica-de-gestao-do-desempenho/avaliacao-de-desempenho-individual-adi/adi-legislacao>>. Acesso em 25/11/2014

NAVARRO, Ignez Pinto et al. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br>>. Acesso em 31/08/2014

NETO, Antonio Cabral; ALMEIDA, Maria Doninha de. **Educação e gestão descentralizada: Conselho diretor, Caixa Escolar, Projeto Político-Pedagógico**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15129>>. Acesso em 15/06/2014.

PEKELMAN, Renata; SANTOS, Alexandre André dos. **Território e Lugar: espaços da complexidade**. Escola de Gestores-MEC. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 31/08/2014

PEREIRA, M. S. **A avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização: a realidade de uma escola do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UnB. Brasília – DF, 2007.

RIBEIRÃO DAS NEVES. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Guerino Casassanta**. Ribeirão das Neves, 2011.

SOUSA, Sandra M Zákia I. **Avaliação Institucional: Elementos para discussão**. In **O ensino municipal e a educação brasileira**. Seminário promovido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 04/08/1999. (adaptado)

SOUZA, Angelo Ricaro de et al. **Avaliação Institucional: Avaliação da Escola como Instituição**. Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>> Acesso em 25/08/2014

SOUZA, Angelo Ricardo de, et al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4780&advanced=0&paging=&page=1>.> Acesso em 15/06/ 2014.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1988.

WITTMANN, Lauro Carlos. **A Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor**. (FURB) 2000, p. 88-96. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15129>.> Acesso em 15/06/2014.